



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ  
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - [www.tjpr.jus.br](http://www.tjpr.jus.br)

## **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - TP/OE/P/SG/SG-SI/SG-SI-CPC/SG-SI-CPC-DENG**

### **ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**SEI! N° 0092677-46.2018.8.16.6000**

#### **1. INTRODUÇÃO**

- 1.1.** O presente Estudo Técnico Preliminar trata das principais alternativas de mercado que podem atender à necessidade de **elaboração de laudo de vistoria de fachadas nos edifícios das Comarcas de Curitiba e Campo Largo para este Tribunal.**
- 1.2.** Ressalta-se que este documento tem caráter preliminar e é possível que ocorram alterações ao longo do processamento do expediente. Desta forma, quaisquer divergências entre as informações previstas neste ETP e no Termo de Referência, devem prevalecer as previstas no Termo de Referência, desde que não alterem a solução.

#### **2. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

- 2.1.** A substituição parcial de pastilhas e outros reparos no revestimento do edifício já foi realizada por diversas vezes, porém, em função de movimentações térmicas e desgaste, o problema torna a se manifestar. É notório como é comum o destacamento de pastilhas em fachadas de edifícios. Pela simples observação de edifícios no entorno do Palácio da Justiça, nota-se como a quase totalidade sofreu intervenção no revestimento em algum momento. Além disso, é importante ressaltar que, na Sede Mauá, a grandeza da patologia relacionada ao destacamento das pastilhas não restringe no campo extrínseco, visual, mas como também intrinsecamente por deficiência na camada primária do revestimento cerâmico, não visível, o que pode acarretar a curto prazo em futuras manifestações patológicas semelhantes. Visando parametrizar um diagnóstico e prognóstico adequado da situação atual da totalidade da fachada revestida por pastilhas cerâmicas, faz-se necessária a angariação de elementos quantitativos e qualitativos da situação morfológico dos materiais existentes.
- 2.2.** Tal contratação se faz necessária para identificar as melhores soluções para as fachadas das edificações do Tribunal de Justiça do Paraná, que se encontram em condições desfavoráveis (DOC-SEI 3576948, 9726479, 7136203), comprometendo tanto os aspectos estéticos quanto a segurança dos usuários.

#### **3 . PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PAC E ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO**

- 3.1.** A contratação nos moldes descritos neste ETP não está prevista no Plano Anual de Contratações relativo ao exercício de 2025. Após a precificação o expediente será encaminhado para SEPLAN para inclusão no PAC.

**3.2.** A efetivação da referida contratação viabilizará o atingimento dos seguintes Objetivos Estratégicos:

01 – Garantia dos Direitos Fundamentais

03 – Promoção da Sustentabilidade.

#### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

##### ***Principais atividades***

**4.1.** Levantamento e estudos:

a) Laudo Técnico de vistoria com caracterização detalhada.

**4.2.** Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico:

a) Proposição de soluções técnicas para as patologias das fachadas indicadas no Relatório de Vistoria;

b) Avaliação Qualitativa das soluções propostas.

##### ***Legislação específica aplicável***

**4.3.** Lei nº 14.133/2021.

**4.4.** Decreto Estadual nº 10.086/2022.

**4.5.** Instrução Normativa Nº 114/2022 – TJPR, que dispõe sobre diretrizes em licitações sustentáveis no âmbito do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

##### ***Normas técnicas***

**4.6.** Todos os serviços deverão ser executados em conformidade com as legislações, regulamentos, normas e práticas aplicáveis, particularmente:

**4.6.1.** Códigos, Leis, Decretos, Portarias e Normas Federais, Estaduais e Municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos;

**4.6.2.** Normas aplicáveis da ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) e do INMETRO, e na ausência destas, com as normas internacionais correspondentes;

**4.6.3.** Normas Regulamentadoras de Segurança e Saúde no Trabalho vigentes;

**4.6.4.** Práticas de Manutenção de Edifícios Públicos Federais (Anexo da Portaria nº 2.296, de 23 de julho de 1997);

**4.6.5.** Instruções e Resoluções dos Órgãos dos Sistemas CREA/CAU;

**4.6.6.** Outras instruções, sumários de publicações, cadernos técnicos e recomendações das bases de referência de preços;

**4.6.7.** Outras, específicas para cada caso, em se tratando de serviço de laudo de manifestações patológicas, deve ser observada as Normas técnicas para Inspeção de Impermeabilização (exemplo: NBR 9575, NBR 10844, etc.), Normas Técnicas par Inspeção de Sistema de Incêndio (exemplo: NBR 12693, NBR 9077), NBR 7187 – "Inspeção de Edificações - Procedimento", entre outras.

**4.6.8.** A contratação em questão deverá observar as normas da Lei Federal nº 8.078/1990 (Código de Defesa do Consumidor), no que não contrariar normas de caráter especial de Direito Administrativo.

## **Local e endereço de entrega/execução**

4.7. Os endereços dos edifícios sede onde serão realizados os laudos são os seguintes:

COMARCAS		ENDEREÇOS
Campo Largo		Rua Joanim Stroparo, 999 – Vila Bancária
Curitiba	Sede Álvaro Ramos	Rua Álvaro Ramos, 157 – Centro Cívico
	Sede Mauá	Rua Mauá, 920 – Alto da Glória
	Palácio da Justiça - Anexo	Rua Pref. Rosaldo Gomes Mello Leitão, s/n – Centro Cívico

## **Prazo de entrega e execução**

4.8. O prazo para entrega é de 360 dias consecutivos, divididos em 4 fases, sendo uma fase para cada edifício sede, e todas elas contemplam a elaboração dos Laudos Técnicos e do projeto As Built, bem como a elaboração do Estudo de Viabilidade Técnica-Econômica.

## **Visita técnica**

4.9. A avaliação prévia do local de execução dos serviços para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado é FACULTATIVA, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 12 horas às 18 horas. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

## **Critérios de sustentabilidade específicos**

4.10. Considerando como parâmetro o art. 362 do Decreto Estadual 10.086/22, bem como o Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União – AGU (doc. 8097772) e a IN nº 114 de 2022 do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, verificou-se que não há legislação e critérios de sustentabilidade específicos para este tipo de contratação.

## **BIM**

4.11. No presente momento, o Tribunal de Justiça não tem condições técnicas para elaboração ou fiscalização de projetos em BIM, tampouco acompanhamento de execução de obras, devido à fase atual de estruturação para implantação da tecnologia BIM, e atualmente os projetos em acompanhamento e fiscalização ainda são concebidos por meio de ferramentas de projeto e desenho auxiliados por computador (CAD – Computer Aided Design) bidimensionais, com pouca ou nenhuma integração e interoperabilidade entre as documentações dos projetos, uma vez que não há disponibilidade de softwares e há necessidade de capacitação do corpo técnico. Dessa maneira, diante da etapa em que o Projeto de Implantação de BIM no TJPR se encontra, ainda não é possível que o presente Edital de Licitação exija obrigatoriamente a tecnologia BIM.

## **5. ESTIMATIVAS DAS QUANTIDADES**

5.1. A quantidade estimada para a contratação é de 04 (quatro) unidades, correspondendo à elaboração de laudos e estudos dos quatro edifícios sede (Edifícios Álvaro Ramos, Mauá e Palácio da Justiça – Anexo, da comarca de Curitiba, e Fórum da comarca de Campo Largo).

## **6. LEVANTAMENTO DE MERCADO: ALTERNATIVAS POSSÍVEIS**

6.1. Para atendimento da demanda de elaboração de laudos de vistoria de fachadas nos edifícios das comarcas de Curitiba e Campo Largo, apresenta-se a seguir breve levantamento das alternativas técnicas e mercadológicas, com avaliação preliminar de viabilidade, visando o atendimento integral da

necessidade identificada e a indicação da solução mais adequada.

### ***Identificação das soluções***

**6.2. ALTERNATIVA 1** – Levantamentos e estudos elaborados pela equipe técnica da Coordenadoria de Edificações do Tribunal de Justiça do Paraná

**6.3. ALTERNATIVA 2** – Contratação de empresa especializada em obras de reforma e manutenção predial

**6.4. ALTERNATIVA 3** – Contratação de empresa especializada em laudos e projetos para elaboração dos levantamentos e estudos de viabilidade para proposição de solução para as patologias existentes

### ***Análise comparativa das soluções***

**6.5. ALTERNATIVA 1** – Levantamentos e estudos elaborados pela equipe técnica da Coordenadoria de Edificações do Tribunal de Justiça do Paraná

**6.5.1.** A elaboração dos levantamento e estudos necessários exige profissionais especializados em áreas específicas, como por exemplo especialistas em patologias em construções. O TJPR não dispõe, em seu quadro de servidores, de profissionais especializados e com a expertise necessária à elaboração do objeto da contratação pretendida.

**6.5.2.** Ressalta-se que não se trata do escopo dos serviços previsto para a equipe técnica em contratação por Processo Seletivo Simplificado.

**6.5.3.** Ainda, a execução dos levantamento, estudos de viabilidade e proposições da presente demanda exige ensaios/trabalhos específicos dos quais o Tribunal de Justiça não contempla estrutura necessária nem equipamentos para execução.

**6.5.4.** Somando-se aos fatos acima expostos, a equipe da engenharia do Tribunal de Justiça não dispõe do tempo necessário para elaboração desses estudos, que exigem foco e imersão no caso e trabalhos específicos.

**6.5.5.** Assim, a alternativa 1 se demonstra inviável para o atendimento do objeto da contratação.

**6.6. ALTERNATIVA 2** – Contratação de empresa especializada em obras de reforma e manutenção predial

**6.6.1.** A contratação de uma equipe técnica para realização da manutenção no local possivelmente resultaria na adoção de medida paliativa como solução para as manifestações patológicas que futuramente retrocederiam, fazendo-se necessárias novas manutenções.

**6.6.2.** Tal alternativa resultaria em desperdício de dinheiro e tempo dos servidores públicos no emprego de serviços e soluções não eficazes.

**6.6.3.** Assim, a alternativa 2 se demonstra inviável para o atendimento do objeto da contratação.

**6.7. ALTERNATIVA 3** – Contratação de empresa especializada em laudos e projetos para elaboração dos levantamentos e estudos de viabilidade para proposição de solução para as patologias existentes

**6.7.1.** A contratação de uma empresa especializada em inspeção predial, elaboração de laudo técnico, trabalho pericial e diagnóstico técnico é a alternativa mais indicada. Empresas com expertise comprovada nesse tipo de serviço possuem profissionais qualificados e com profundo conhecimento das normativas técnicas, metodologias e procedimentos de avaliação pericial exigidos para a realização de um diagnóstico preciso e fundamentado sobre as condições estruturais e patológicas dos edifícios.

**6.7.2.** O laudo técnico e o estudo de viabilidade elaborados por uma empresa especializada garantirá a

segurança jurídica, atendendo a todos os requisitos legais e regulamentares, e possibilitará a adoção de medidas corretivas eficazes, caso necessário.

**6.7.3.** Além disso, a especialização na área pericial proporciona uma análise mais detalhada e segura, minimizando riscos de falhas ou omissões nos diagnósticos, o que é essencial para garantir a integridade e a sustentabilidade do edifício a longo prazo.

**6.7.4.** A contratação de uma empresa especializada também pode contribuir para a redução de custos a médio e longo prazo, uma vez que a identificação precoce de problemas e a adoção de medidas corretivas preventivas podem evitar reparos emergenciais dispendiosos no futuro.

**6.7.5.** Assim, a alternativa 3 se demonstra a mais viável para o atendimento do objeto da contratação.

## **7. ESTIMATIVAS PRELIMINARES DOS PREÇOS**

**7.1.** Como não há preço em tabelas de bases oficiais, o procedimento consistiu na busca de preço no mercado com empresas especializadas, em número mínimo de três fornecedores, conforme previsto na Instrução Normativa 237/2025 TJPR, todavia, apenas dois fornecedores apresentaram propostas. Considerando que foi realizada ampla busca, com 9 empresas especializadas, uma vez que o serviço solicitado tem pequeno número de fornecedores, com reiteração dos pedidos e prazo alongado para atendimento, e ainda sim sem retorno ou com recusa.

**7.2.** Ainda, a fim de cumprir o previsto no Artigo 16 da IN 237/2025, foram pesquisadas as bases referências, sem sucesso.

**7.3.** Considerando-se as condicionantes previstas no Artigo 16 da IN 237/2025, para excepcionalidade de cotação com menos de três fornecedores, estão todas atendidas, com os seguintes valores para cada edifício sede pertencente ao objeto:

- a) Sede Álvaro Ramos - Comarca de Curitiba: **R\$ 78.440,00 (setenta e oito mil quatrocentos e quarenta reais)**
- b) Sede Mauá – Comarca de Curitiba: **R\$ 127.200,00 (cento e vinte e sete mil e duzentos reais)**
- c) Palácio da Justiça – Anexo – Comarca de Curitiba: **R\$ 87.250,00 (oitenta e sete mil duzentos e cinquenta reais)**
- d) Fórum da Comarca de Campo Largo: **R\$ 60.950,00 (sessenta mil novecentos e cinquenta reais)**

**7.4.** Assim, tem-se o valor máximo da contratação de: **R\$ 353.840,00 (trezentos e cinquenta e três mil novecentos e cinquenta reais)**

**7.5.** A totalidade do valor da contratação se destina 5,84% ao Primeiro e 94,16% ao Segundo Grau de Jurisdição.

## **8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

### ***Solução escolhida***

**8.1.** A essência da solução que se propõe é a eventual contratação de empresa especializada em laudos e projetos para elaboração dos levantamentos e estudos de viabilidade para proposição de solução para as patologias existentes.

**8.2.** A execução dos serviços compreende:

**8.2.1.** Levantamento e estudos.

a) Laudo Técnico de vistoria com caracterização detalhada contendo:

- Relatório de vistoria das fachadas contendo relatório fotográfico;
- Caracterização e projeto As Built das fachadas;
- Avaliação das condições atuais dos revestimentos das fachadas, indicando as patologias encontradas;
- Laudo Técnico Estrutural;
- Laudo de Aprovações.

#### **8.2.2. Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico:**

a) Proposição de soluções técnicas para as patologias das fachadas indicadas no Relatório de Vistoria, contendo no mínimo:

- Estimativa de custo de Implantação;
- Estimativa de custos operacionais;
- Prazo de manutenção;
- Prazos de execução;
- Limitantes das soluções (limitações estruturais, de instalação, de operação);
- Vida útil das soluções propostas.

b) Avaliação Qualitativa das soluções propostas.

#### **8.3. A execução se dará em 4 fases, sendo uma para cada edifício:**

- a) 1ª fase – levantamentos e estudos para o Fórum da Comarca de Campo Largo;
- b) 2ª fase – levantamentos e estudos para o edifício Sede Álvaro Ramos - Comarca de Curitiba;
- c) 3ª fase – levantamentos e estudos para o edifício Palácio da Justiça - Anexo - Comarca de Curitiba;
- d) 4ª fase – levantamentos e estudos para o edifício Sede Mauá - Comarca de Curitiba.

##### **8.3.1. Cada fase será dividida em 3 etapas:**

- a) 1ª etapa: emissões de laudos técnicos e projeto As Built, Proposição de soluções técnicas e avaliação qualitativa;
- b) 2ª etapa: conferência do TJPR;
- c) 3ª etapa: Correções da contratada, caso necessário.

#### ***Detalhamento (Especificações Técnicas)***

**8.4.** As especificações técnicas detalhadas encontram-se no documento ESPECIFICAÇÕES PARA A CONTRATAÇÃO (12160458), que contém todos os dados necessários para a perfeita execução e fiscalização dos serviços contratados.

#### ***Qualificação técnica***

- 8.5.** As exigências de capacidade técnica guardam fidelidade com o escopo a ser licitado, na medida em que visam garantir contratação segura, evitando-se imprevistos indesejados ao Contratante, motivo pelo qual a autoridade pode e deve fixá-las na amplitude necessária, sem ensejar restrição excessiva à competitividade no certame, mas resguardando que venham a participar apenas empresas efetivamente aptas a satisfazer seu escopo.
- 8.6.** Para a qualificação técnica da contratação pretendida, em conformidade com o art. 67 da Lei 14.133/2021, e considerando-se tratar de contratação de projetos complementares, faz-se necessário somente a capacitação técnico-profissional que está relacionada à qualificação do corpo técnico que irá prestar o serviço contratado. Portanto, as exigências de qualificação técnica indicadas são aquelas que guardam pertinência e compatibilidade com o objeto a ser licitado, que se refere à contratação de empresa para a execução de projetos de engenharia.
- 8.6.1.** Justifica-se, a necessidade de nomeação dos profissionais relacionados para cada projeto a ser desenvolvido, e a apresentação de Certidão de Registro válida pelo fato de que na execução contratual haverá necessidade de responsável técnico pela execução dos serviços, com emissão de Responsabilidade técnica (ART ou RRT), por se tratar o objeto de serviços de engenharia.
- 8.7.** No que tange aos quantitativos exigidos, para o caso específico não faz-se necessário a fixação de uma quantidade, somente a comprovação de que o profissional tenha experiência na área.
- 8.8.** O escopo contratual prevê realização de serviços de competência de engenheiros civis ou arquitetos, conforme resoluções do sistema CONFEA/CREA e CAU.
- 8.9.** Portanto, para a qualificação técnica será necessário nomeação de um grupo de devendo constar no mínimo:
- 8.9.1.** Termo de Nomeação, assinado por todos os profissionais indicados, devendo constar:
- a) 01 (um) Profissional legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pelos Relatórios de Vistorias, pelo Projeto As Built das fachadas dos edifícios e pelo Parecer Técnico;
  - b) 01 (um) Profissional legalmente habilitado a ser designado como responsável técnico pelo elaboração do estudo de viabilidade técnico-econômico;
- 8.9.2.** Todos os profissionais, desde que habilitados, poderão ser designados como responsáveis por mais de um projeto/atividade;
- 8.9.3.** Todos os profissionais nomeados podem pertencer ao quadro permanente da empresa ou serem contratados como autônomos;
- 8.9.4.** Os profissionais nomeados a serem designados como responsáveis técnicos devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CONFEA que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CONFEA/CREA. Os profissionais nomeados de arquitetura, a serem designados como responsáveis técnicos, devem preencher os requisitos previstos nas resoluções do CAU que dispõem sobre a regulamentação da atribuição de títulos, atividades, competências e caracterização do âmbito de atuação dos profissionais inseridos no sistema CAU. Portanto deve ser caracterizada a correlação entre a atribuição necessária para a atividade a ser desenvolvida e a respectiva atribuição de competências no âmbito de abrangência do campo de atuação do profissional, inclusive aquelas enquadradas como especialização com a peculiaridade de estender-se a mais de uma profissão, como as atividades relacionadas à Segurança do Trabalho, por exemplo;
- 8.9.5.** No caso de outra titulação que não aquelas elencadas no item acima, deverá haver indicação expressa pelo licitante da resolução/norma CONFEA que estabeleça a competência do profissional indicado, à luz das obrigações contratuais.

**8.10.** A empresa vencedora deverá entregar, como condição para o envio da Ordem de Execução dos Serviços a(s) Anotações de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica – RRT do(s) profissional(ais) responsável(eis) pela execução dos serviços, devidamente quitadas.

### ***Classificação do objeto***

**8.11.** O objeto desta contratação é classificado como: **SERVIÇO DE ENGENHARIA**

**8.11.1. Serviço técnico especializado de natureza predominantemente intelectual** (aqueles realizados em trabalhos relativos a: a) estudos técnicos, planejamentos, projetos básicos e projetos executivos; b) pareceres, perícias e avaliações em geral);

**8.11.1.1.** Serviço técnico especializado não contínuo ou contratado por escopo.

### ***Regime de execução e critério de julgamento de propostas***

**8.12.** Dadas as características do objeto, o regime de execução da presente contratação deverá ser de **empreitada por preço global**, vez que se trata de uma prestação de serviço por preço certo e total, podendo o escopo ser definido com boa margem de prescrição.

**8.13.** O critério a ser utilizado para julgamento das propostas deverá ser o de **MENOR PREÇO**.

### ***Formalização da contratação***

**8.14.** Contrato de escopo, cuja vigência terá início a partir da sua formalização e se estenderá até 180 (cento e oitenta) dias após o término do prazo de execução dos serviços. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado, nos termos do artigo 111 da Lei Federal 14.133/2021.

### ***Dinâmica da execução***

**8.15.** Após a assinatura do contrato, a Contratante disponibilizará Ordem de Fornecimento e Serviço à Contratada, por e-mail, o que demarcará o início do prazo para a execução das atividades.

**8.16.** A Contratada deverá executar os serviços nos termos constantes no contrato e e-mail, observando os prazos e condições indicados.

**8.17.** A Responsabilidade pela execução do serviço é do Engenheiro ou Arquiteto da Contratada. A empresa contratada deverá emitir ART do profissional, estando na ART registrado como contratante a empresa contratada e como contratado o responsável técnico.

### ***Garantia de execução***

**8.18.** Justifica-se a exigência de garantia de execução contratual a título de caução de execução, respeitados os acréscimos e supressões do objeto. Com isso, busca-se dirimir os riscos relativos à inexecução contratual.

### ***Reajuste***

**8.19.** O índice de reajuste aplicável à presente contratação, quando necessário, será o INCC-DI.

### ***Medição e Pagamento***

**8.20.** O pagamento dos serviços será realizado em 4 parcelas, distribuídas em etapas de acordo com o Escopo da Contratação.

**8.21.** As etapas com suas respectivas parcelas e desembolsos são:



**8.21.1. 1ª FASE** – Prazo de execução de 90 dias após a emissão da OES, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

**8.21.1.1. 1ª Parcela – 1ª Fase – Fórum da Comarca de Campo Largo** – Equivalente 17,23% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais entregues.

**8.21.2. 2ª FASE** – Prazo de execução de 90 dias após o recebimento da 1ª Fase, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

**8.21.2.1. 2ª Parcela – 2ª Fase – Sede Álvaro Ramos – Comarca de Curitiba** – Equivalente a 22,16% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais entregues.

**8.21.3. 3ª FASE** – Prazo de execução de 90 dias após o recebimento da 2ª Fase, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

**8.21.3.1. 3ª Parcela – 3ª Fase – Palácio da Justiça – Anexo – Comarca de Curitiba** – Equivalente a 24,66% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais entregues.

**8.21.4. 4ª FASE** – Prazo de execução de 90 dias após o recebimento da 3ª Fase, pagamento em 1 parcela conforme abaixo:

**8.21.4.1. 4ª Parcela – 4ª Etapa – Sede Mauá – Comarca de Curitiba** – Equivalente a 35,95% do valor do contrato, a ser quitado quando da entrega de todos os estudos/projetos/documentos referentes a etapa, condicionado ao aceite da fiscalização nos documentos contratuais a serem entregues e assinatura do Termo de Recebimento Provisório de Projetos.

**8.22.** Somente será considerado cumprido o serviço após a entrega de todos os serviços descritos, e aceite pela Divisão de Projetos de Engenharia, sem restar pendências ou correções por parte da contratada.

## **9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO**

**9.1.** A possibilidade de parcelamento ou não do objeto é analisada e justificada a seguir.

**9.1.1.** O projeto a ser elaborado abrange quatro edificações e os serviços a serem especificados em projeto serão todos relacionados à elaboração de Laudo de Vistoria das Fachadas e Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico para as Comarcas de Campo Largo e Curitiba, não cabendo assim o parcelamento.

**9.1.2.** A adoção da solução de forma não parcelada justifica-se pela simplicidade administrativa no controle contratual, visando à unicidade de decisão de fiscalização, e consequentemente, melhor gerenciamento e fiscalização da execução do contrato. A centralização das decisões técnicas favorece a eficiência na manutenção futura do sistema ou estrutura projetada.

**9.1.3.** Ainda, em que pese tratar-se de contratação referente a quatro edificações independentes, a solução técnica deve, necessariamente, ser única, considerando que:

I. será decorrente da presente uma contratação posterior de execução dos objetos laudados e projetados, portanto necessita-se de solução técnica isonômica para obter-se um contrato único e padrão posterior de execução; e

II. é essencial a isonomia de especificações das soluções técnicas, materiais e sistemas contrutivos, em prol da melhor solução executiva de obra e padronização de materiais e solução para facilidade de futuras manutenção, considerando o princípio norteador adotado pelo TJPR de padronização de soluções para todas as suas edificações.

**9.1.4.** Considerando que haverá uma futura licitação do objeto projetado, portando, é **ESSENCIAL** que as soluções técnicas propostas sejam únicas e isonômicas para todas as decisões e edificações.

**9.1.5.** Portanto, respondendo aos quesitos que indicam pelo parcelamento ou não do objeto com enfoque no serviço de elaboração de Laudo de Vistoria das Fachadas e Estudo de Viabilidade Técnico-Econômico para as Comarcas de Campo Largo e Curitiba do TJPR, tem-se:

1) É tecnicamente viável dividir a solução?

R: Não.

2) É economicamente viável dividir a solução?

R: Não.

3) Não há perda de escala ao dividir a solução?

R: Sim.

4) Há o melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade ao dividir a solução?

R: Não.

**9.2.** Pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação **não** seja parcelada.

#### ***Da subcontratação***

**9.3.** Será **vedada** a subcontratação do objeto.

#### ***Do consórcio***

**9.4.** Será admitida a participação de empresas reunidas em consórcio, com vistas à ampliação da competitividade, de forma a garantir a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração.

### **10. RESULTADOS PRETENDIDOS**

**10.1.** O resultado pretendido é a elaboração de laudos de vistoria, incluindo laudo estrutural, laudo de aprovações e projeto As Built, bem como estudo de viabilidade técnico-econômico que indiquem os problemas nas fachadas dos edifícios do TJPR e apresentem solução e a metodologia adequada para a reforma afim de que a obra seja executada da melhor forma possível garantindo eficiência da solução adotada, durabilidade, rapidez, qualidade e economia na obra.

### **11. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS**

**11.1.** Não há nenhuma necessidade de adaptação direta ao ambiente físico para início das atividades desta licitação.

### **12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES**

**12.1.** Não existem contratações correlatas e/ou interdependentes.

### **13. IMPACTOS AMBIENTAIS**

**13.1.** Não se vislumbram impactos ambientais causados pela presente contratação, salvo a geração de resíduos sólidos, os quais deverão ter sua correta destinação por parte da empresa Contratada.

**13.2.** Se eventualmente diagnosticada a necessidade de outras autorizações e licenciamentos ambientais para execução dos serviços, a contratada deverá orientar o Tribunal de Justiça nesses processos.

## 14. ANÁLISE DE RISCOS

Causa	Evento (problema/risco)	Consequência	Ação (como minimizar)
Solicitação de alterações pela CONTRATANTE ou por fato superveniente não previsto na matriz de risco	<b>Alterações nas especificações inicialmente contratadas</b>	Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto.  Atraso no prazo entrega do objeto.	1. PREVENTIVO: Elaboração do projeto de arquitetura do objeto de forma participativa, baseado no Plano de Necessidades apresentado pela unidade demandante.  2. CONTINGÊNCIA: Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.
Descumprimento pelo CONTRATADO das especificações constantes no Edital e nas diretrizes de projetos, memoriais e demais documentação componente do Edital e seus anexos, ou em desconformidade com normas técnicas aplicáveis à contratação ou das boas práticas de engenharia.	<b>Objeto projetado sem atendimento às especificações e normas</b>	Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução do objeto.	1. PREVENTIVO: Para os projetos de engenharia elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.  2. PREVENTIVO: Prever, dentre as cláusulas do contrato e nas especificações dos projetos, a delimitação da possibilidade de alterações e critérios de aceitabilidade de propostas de inovações.  3. CONTINGÊNCIA: Reapresentação pela CONTRATADA dos projetos básico, executivo e orçamentos. Ainda, aplicação de sanção administrativa prevista em contrato.

<p>Atrasos na execução do contrato causados exclusivamente pela morosidade dos órgãos competentes na análise e aprovação de projetos (aprovação junto a Prefeituras, Concessionárias de água, esgoto e energia elétrica, licenças ambientais, aprovações no Corpo de Bombeiros, entre outras).</p>	<p><b>Finalização do objeto impedida por falta de licenciamentos de órgãos públicos</b></p>	<p>Aumento dos prazos inicialmente previstos para execução do objeto.</p>	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. PREVENTIVA: Acompanhar os protocolos e a tramitação dos processos nos órgãos competentes, e entrega tempestiva para a CONTRATADA dos documentos que sejam de competência do CONTRATANTE, necessários à obtenção das licenças e aprovações.</li> <li>2. PREVENTIVA: Protocolar e acompanhar os processos nos órgãos competentes apresentando documentos necessários à obtenção das licenças e aprovações que sejam de competência do CONTRATADA, incluindo tempestivas correções e alterações solicitadas pelas entidades, em tempo hábil para o cumprimento do prazo contratual.</li> <li>3. PREVENTIVA: pré-aprovação dos projetos de arquitetura nos órgãos municipais de fiscalização urbanística e de uso de solo.</li> <li>4. CONTINGÊNCIA: Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contratado.</li> <li>5. CONTINGÊNCIA: Não serão pagos aditivos contratuais administrativos, mobilização ou desmobilização de profissionais da CONTRATADA em função destes atrasos, seja esse atraso por culpa do CONTRATANTE ou das próprias Concessionárias.</li> </ol>
--	---	---	---

<p>Falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, projetos executivos, especificações ou memoriais que compõe a contratação, incluindo compatibilização dos projetos, dimensionamentos da superestrutura, fundações ou outros sistemas construtivos.</p>	<p><b>Retrabalho ou refazimento do objeto</b></p>	<p>Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução do objeto.</p>	<p>1. PREVENTIVA: Para o objeto elaborado por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função.</p> <p>2. PREVENTIVA: processo interno de elaboração e atualização constante de <i>checklist</i> de aferição da correta elaboração do objeto</p> <p>3. CONTINGÊNCIA: Caso a Contratada venha requerer valores adicionais ou prorrogação de prazo de execução por retrabalho e necessidade de refazimento de serviços por quaisquer falhas nos seus serviços, a alteração contratual deverá ser negada pela fiscalização.</p>
<p>Carência de corpo técnico em quantidade necessária face a acúmulo inesperado de demandas de fiscalização de projetos</p>	<p><b>Paralisação ou redução no ritmo de execução dos objetos contratados a terceiros</b></p>	<p>Atraso na entrega dos objetos contratados</p>	<p>1. PREVENTIVA: Divisão filtrar o acesso e escalonar o atendimento de novas demandas para adequá-las à capacidade operacional da Divisão.</p> <p>2. CONTINGÊNCIA: Verificar a necessidade de alterações contratuais para prorrogação dos prazos de execução e vigência do contratado.</p>

<p>Falha no estabelecimento dos requisitos técnicos</p>	<p><b>Alterações no objeto inicialmente contratado, por solicitação da Contratante ou fato superveniente não previsto na matriz de risco.</b></p>	<p>Aumento dos custos inicialmente previstos para execução do objeto; Possibilidade da ocorrência de atrasos para entrega da objeto do contrato.</p>	<p>1. PREVENTIVA: Elaboração dos estudos e projeto de arquitetura de forma participativa, baseado no Plano de Necessidades apresentado pela unidade demandante.</p> <p>2. PREVENTIVA: Elaboração dos estudos e projeto de arquitetura em observando as normas e legislações aplicáveis e suas atualizações;</p> <p>3. CONTINGÊNCIA: Revisão do escopo da contratação, realizando-se uma alteração contratual de prazo e/ou financeira, a ser analisada no caso concreto.</p>
<p>Falta de capacidade técnica da contratada</p>	<p><b>Descumprimento das especificações constante das diretrizes para elaboração de projetos e especificações para contratação de projetos e memorial descritivo de materiais, ou em desconformidade com normas técnicas aplicáveis à contratação</b></p>	<p>Aumento dos custos e/ou prazos inicialmente previstos para execução do objeto do contrato.</p>	<p>1. PREVENTIVA: Para os objetos contratados/serviços elaborados por empresas terceirizadas, acompanhamento sistemático de sua execução por equipe de fiscalização que contenha profissionais técnicos habilitados para a função;</p> <p>2. PREVENTIVA: Para os objetos/serviços elaborados pela equipe de projetos do TJPR, revisão dos projetos e orçamentos, de preferência por profissionais diversos daqueles responsáveis pela sua elaboração.;</p> <p>3. PREVENTIVA: Aplicação de check list de conferência de especificações e normativas pela equipe de fiscalização;</p> <p>4. CONTINGÊNCIA: Reapresentação pela Contratada dos objetos contratados/serviços. Ainda, aplicação de sanção administrativa prevista em contrato.</p>

Causas externas à CONTRATADA envolvendo a CONTRATANTE	<b>Inadimplemento contratual pela CONTRATANTE</b>	Em caso de atraso superior a 90 (noventa) dias dos pagamentos devidos pela Administração, ou outro fato da Administração que o impeça de cumprir suas obrigações contratuais, o Contratado poderá optar pela suspensão do cumprimento de suas obrigações até que seja normalizada a situação;	<p>1. PREVENTIVA: Licitação do objeto somente com a garantia da disponibilidade do recurso orçamentário, indicada pelo setor competente, e obtenção de pareceres prévios ou autorizações prévias dos órgãos municipais, estaduais e federais de fiscalização do escopo do objeto contratual;</p> <p>2. CONTINGÊNCIA: Pagar com a devida correção monetária. Prorrogar prazo em função de paralisação do contrato pelo atraso superior a 90 (noventa) dias no processamento do pagamento de parcelas adimplidas.</p>
Causas externas envolvendo a CONTRATADA	<b>Inadimplemento contratual pela CONTRATADA, com decorrente rescisão ou anulação contratual</b>	Atrasos para entrega do objeto do contrato; Alteração dos custos inicialmente previstos para execução do objeto do contrato; Necessidade de realização de nova licitação ou de contratação de remanescente, impactando no planejamento da Instituição, da Licitação e do Contrato.	<p>1 PREVENTIVA: Prever, dentre as cláusulas contratuais, sanções que contemplem esta situação;</p> <p>2. CONTINGÊNCIA: Instaurar processo para aplicação das penalidades à Contratada;</p> <p>3. CONTINGÊNCIA: Realizar a contratação do remanescente, nos termos da lei de licitações.</p>

## 15. DECLARAÇÃO DE VIABILIDADE

**15.1.** Considerando as informações constantes no Estudo Técnico Preliminar e nos demais documentos que o embasam, conclui-se pela viabilidade da licitação para contratação de laudos, a qual apresenta maiores vantagens técnicas e institucionais para alcançar os objetivos do Poder Judiciário do Estado do Paraná.

**15.2.** Isto posto, SUGERE-SE o encaminhamento do presente Estudo Técnico Preliminar à autoridade competente do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná para **acolhimento**.

**15.3.** Finalmente, para atendimento do art. 15, §6º do Decreto Estadual 10.086/22, informa-se que este documento não possui informações classificadas como ultrassecreta, secreta ou reservada e será oportunamente publicado no sítio eletrônico deste Tribunal.

## 16. ANEXOS

**16.1.** Documentos que integram o presente Estudo Técnico Preliminar são os seguintes:

a) ANEXO I – Especificações da Contratação – Anteprojeto;

- b) ANEXO II – Cronograma de Contrato;
- c) ANEXO III – Projeto Arquitetônico – Palácio Anexo;
- d) ANEXO IV – Matrícula de Registro de Imóveis - Palácio Anexo;
- e) ANEXO V – Projeto Arquitetônico – Sede Mauá;
- f) ANEXO VI - Matrícula de Registro de Imóveis - Sede Mauá;
- g) ANEXO VII - Projeto Arquitetônico - Sede Álvaro Ramos;
- h) ANEXO VIII - Matrícula de Registro de Imóveis - Sede Álvaro Ramos;
- i) ANEXO IX - Projeto Arquitetônico - Campo Largo;
- j) ANEXO X - Matrícula de Registro de Imóveis - Campo Largo;
- k) ANEXO XI - Termo de Nomeação;
- l) ANEXO XII - Relatório de Elaboração de Orçamento;
- m) ANEXO XIII - Planilha Limites de BDI;
- n) ANEXO XIV – Cotação;
- o) ANEXO XV - Lei ISS Curitiba;
- p) ANEXO XVI - Lei ISS Campo Largo.



Documento assinado eletronicamente por **PAULO HENRIQUE MOLINARI, Chefe da Divisão de Projetos**, em 06/10/2025, às 12:13, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANA CAROLINA CAVASSIM GUIMARAES, Técnica Judiciária**, em 06/10/2025, às 12:32, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALESSANDRO ODORIZZI, Coordenador de Edificações e Infraestrutura**, em 06/10/2025, às 13:25, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12183714** e o código CRC **5EDF40A5**.